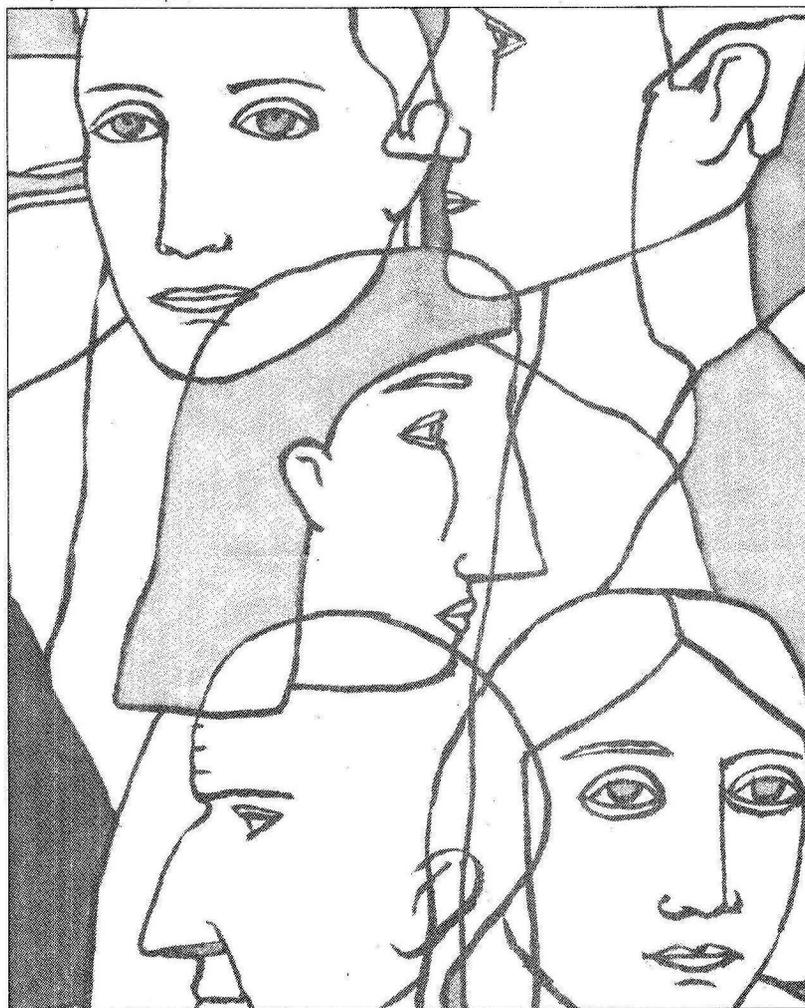


30 AGO 1997

CORREIO BRAZILIENSE

EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA

Ilustração: Fernando Lopes



As atitudes do homem público provocam, naturalmente, manifestações de apoio e de divergência. Esse contraste é próprio da sociedade democrática. Só nos regimes ditatoriais a opinião é única ou unilinear. Aí não prevalece a dignidade da cidadania, a que é inerente a liberdade de expressão e de crítica. Nos sistemas abertos ao diálogo, a discordância é tão respeitável quanto a solidariedade, na medida em que ambas franqueza educada. A concordância não deve exprimir submissão, nem a contradição, aspereza. O que valoriza o aplauso e o desacordo é a revelação da consciência reta, que consente com independência e contesta sem pensamento tortuoso. O diálogo democrático engrandece as pessoas porque pressupõe nelas contenção e ética.

Pelo que temos sustentado no Senado e escrito em jornais, vimos recebendo expressivas mensagens. Com impressionante espontaneidade, homens e mulheres, de pontos diversos do país, traduzem sua concordância, e, não raro, acrescentam sugestão. Ora o fazem pela imprensa, ora mediante comunicação direta. Às vezes são apenas demonstrações de cidadania, alheias a interesse sobre os problemas discutidos. E, quando transmitem satisfação pelo resguardo de um direito ou de uma pretensão, a linguagem é simples ou cuidada, porém sempre revestida de polidez. Ao lado de múltiplas comunicações de acordo, e até de agradecimento, vieram-me duas, apenas, de descontentamento. Uma de mera indagação sobre meu entendimento a propósito dos direitos da mulher. Talvez porque na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, no exame da emenda constitucional sobre a Previdência, ponderei não ser legítimo estabelecer idades diferentes para ho-

mem e mulher, quanto a direitos discutidos. Assim observei, precisamente, porque a Carta de 1988, no artigo 5º, inciso I, proclama que "homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição". Já por aí se vê que defendemos, amplamente, os direitos da mulher. A indagação, porém, era natural. A outra contrariedade, originária de São Paulo, refletia azedume e condenava as vantagens atribuídas a servidores, em atividade ou aposentados, e a defesa delas, como se todos fossem portadores de privilégios. Faltava-lhe a

serenidade, que reflete boa-fé na divergência e assim melhor convence. Revelava mais parcialidade do que anseio de esclarecimento. Nem por isso merece desprezo. O pensamento é livre, mesmo no erro.

Na democracia, o apoio estimula e a contestação adverte. Um conduz ao zelo pela conquista do certo e do justo. A outra desperta sobre os desvios do caminho e da seriedade e mostra que a unanimidade, de regra, é incompatível com a corrupção. Demais, há a crítica que enriquece a experiência e a decisão, e é essencial ao viver democrático, e a que

deturpa a verdade, refletindo caracteres variados. De qualquer modo, próprio da democracia e da civilidade é a tolerância. Não traduzindo medo, ela confunde a exaltação inconsequente. Responde com discernimento o que a paixão ou a falsidade não conseguem com o artifício. Reduz a violência, de palavras ou gestos, à expressão simples da irracionalidade e faz triunfar a clareza das idéias.

Quando as pessoas representam interesses contrariados, ou estão a serviço do poder, maior há de ser a condescendência em tratá-las. Ao descomedimento acode-se com a contenção, à rispidez opõe-se a moderação. Engana-se quem presume que ser forte equivale a retrucar à provocação no mesmo estilo. Imitar não é vencer, antes se submeter, muitas vezes repetindo o que se condena. No confronto de temperamentos e de práticas, a vitória consiste na transmissão de costumes consagrados ou válidos, e não no acolhimento de hábitos repelentes. A esse respeito é notável a reflexão de Maurice Druon, ao assinalar que "a grandeza necessária da democracia está em deixar em liberdade seus inimigos eventuais: sua fraqueza começa quando lhes retribui com a mesma arma." A superioridade de proceder não deve equiparar-se nunca aos rasgos da inconformação incivil. Quem educa não cede aos ímpetos da impolidez. Rebatê-los com sisudez é reduzi-los ao recolhimento envergonhado. E não há lição mais eficaz do que a que provoca o silêncio sem exigi-lo. Conquista-o pela rendição à verdade. A verdade, realmente, destroça todos os sofismas e maldades, à margem da violência. Vence-os pedindo licença, que é forma superior de educação.

■ Josaphat Marinho é senador pelo PFL da Bahia